



# As salas verdes e a formação de educadores (as) ambientais no Brasil

- Las salas verdes y la formación de educadoras(es) ambientales en Brasil
- Green Rooms and the Training of Environmental Educators in Brazil

## Resumo

Este artigo trata a relação entre as políticas ambientais e a formação de educadores ambientais no Brasil a partir da análise do Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), que reúne aspectos do Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA). O potencial do projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é discutido no tocante à formação de educadores ambientais para problematizar sua relação com os desafios impostos, analisando sua função como estruturas educadoras e democratizadoras do acesso à informação socioambiental.

A metodologia parte da pesquisa bibliográfica e documental, fazendo a exploração documental em duas etapas. Na primeira, desenvolve a Análise Textual Discursiva (ATD) do documento ProFEA utilizando a ferramenta tecnológica Atlas.ti. Na segunda, utiliza notas de campo de natureza reflexiva, listas de discussões das Salas Verdes, publicações na página do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a análise de documentos internos de diagnóstico e informes de gestão do Departamento de Educação Ambiental (DEA).

A pesquisa reflete um processo de geração de conhecimento, cujo aspecto sociocultural está representado por uma política que pode ser definida por meio de um artefato cognitivo em Educação Ambiental, após conhecer as atividades de formação de educadores ambientais do Brasil.

## Palavras chave

Educação Ambiental; políticas ambientais; formação de educadores (as) ambientais; Projeto Sala Verde

## Resumen

Este artículo aborda la relación entre las políticas ambientales y la formación de educadores ambientales en Brasil, a partir del análisis del Programa de Formación de Educadores ambientales (ProFEA), el cual reúne aspectos del Programa Nacional de Educación Ambiental (PNEA). Se discute el potencial del Proyecto Sala Verde, del Ministerio de Medio Ambiente (MMA) en la formación de educadores ambientales para así problematizar su relación con los desafíos

Cibele Vasconcelos Dziekaniak\*  
Leidy Gabriela Ariza Ariza\*\*  
José Vicente de Freitas\*\*\*

\* Doutoranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bibliotecária coordenadora da Biblioteca Setorial do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e da Sala Verde Judith Cortesão da FURG Brasil, E-mail: cibelevasconcelos@gmail.com, ORCID: 0000-0001-7735-186Xe

\*\* Doutoranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/ Convênio da Organização de Estados Americanos e CO-IMBRA Brasil. Licenciatura em Química UDFJC (Colômbia) e Mestrado em Docência da Química UPN (Colômbia). E-mail: leidygabriela@yahoo.es ORCID: 0000-0001-5970-3059

\*\*\* Pós-Doc. em Ciências Ambientais (USP). Doutor em História e Sociedade pela Unesp. Professor na Universidade Federal do Rio Grande (FURG, Brasil); Coordenador do Programa de Educação Ambiental do Porto de Rio Grande (Brasil). Consultor ad hoc da UNESCO e PNUD, Brasil, Rio Grande, E-mail: jvfreytas45@gmail.com, ORCID: 0000-0001-7121-9921

de Recepção: 03/06/2017  
de Aprobación: 28/10/2017

impuestos, analizando su función como estructuras educadoras y democratizadoras del acceso a la información socioambiental.

La metodología se enfoca desde la investigación bibliográfica y documental, realizando la exploración documental en dos etapas. Primero desarrollando el Análisis Textual Discursivo (ATD) del documento ProFEA empleando la herramienta tecnológica Atlas. Segundo, utilizando notas de campo de naturaleza reflexiva, listas de discusiones de las Salas Verdes, publicaciones en la página del Ministerio de Medio Ambiente (MMA) y el análisis de documentos internos de diagnóstico e informes de gestión del Departamento de Educación Ambiental (DEA).

La investigación refleja un proceso de generación de conocimiento, cuyo aspecto sociocultural está representado por una política, la cual, puede ser definida por medio de un artefacto cognitivo en Educación Ambiental, una vez que permite conocer las actividades de formación de educadores ambientales de Brasil.

Palabras clave

Educación Ambiental; políticas ambientales; formación de educadores(as) ambientales; Proyecto Sala Verde

### Abstract

This article addresses the relationship between environmental policies and the training of environmental educators in Brazil, based on the analysis of the Environmental Educators Training Program (ProFEA), which brings together aspects of the National Environmental Education Program (PNEA). The potential of the Green Room Project of the Ministry of Environment (MMA) in the training of environmental educators is discussed in order to problematize their relationship with the challenges raised, analyzing their role as educational and democratizing structures of access to social and environmental information.

The methodology is based on bibliographical and documentary research, where documentary exploration is performed in two stages. First, by developing the Textual Discourse Analysis (ATD) of the ProFEA document using the Atlas technological tool. Second, by using reflective field notes, discussion lists from the Green Rooms, publications on the Ministry of Environment's (MMA) website and the analysis of internal diagnostic documents and management reports by the Department of Environmental Education (DEA).

The research reflects a process of knowledge generation, whose sociocultural aspect is represented by a policy that may be defined through a cognitive artefact in Environmental Education, insofar as it makes it possible to learn about the training activities of environmental educators in Brazil.

Keywords

Environmental Education; environmental policies; training of environmental educators; Green Room Project

## Introdução

A relação entre as políticas ambientais e a formação de educadoras(es) ambientais assume grande importância no contexto da Educação Ambiental (EA) brasileira. Um dos documentos que visualiza a ontogênese desta formação é o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), o qual reúne aspectos do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Sendo assim, pretende-se fazer uma análise do ProFEA, a fim de ampliar o conhecimento sobre as atividades de formação de educadoras(es) ambientais no Brasil.

Políticas como o PNEA, o ProFEA, entre outras, também são constituídas com a finalidade de articular ações sociais e pedagógicas na formação de educadoras(es) ambientais. Tais políticas, além de apresentar questões importantes para os educadores ambientais, refletem igualmente a necessidade de se crescer, em sua formação, o experiencial (ação), o crítico (realidade), a práxis, o interdisciplinar e o colaborativo na construção acadêmica (Sauve e Orellana, 2002), a fim de visualizar a ambientalização curricular em diversos enfoques formativos, junto com as propostas de movimentos sociais e liderança das universidades.

O ProFEA enfatiza que a educação, intencionada, planejada, desenvolvida e avaliada precisa se valer tanto dos espaços da educação formal quanto das instâncias de participação democrática e de todo o espaço público. É pode ser educadora, não apenas uma sala de aula, mas também um viveiro, uma trilha interpretativa ecológica, uma mostra fotográfica, as Salas Verdes, os Centros de Educação Ambiental, os Sistemas de Informação (Sistema Nacional de Informação sobre

Meio Ambiente (SINIMA), Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA), bases de dados<sup>1</sup>), entre outros (Ministerio do Meio Ambiente MMA, 2006).

Em sua metodologia de Programa de Formação, o ProFEA propõe um conjunto de procedimentos denominado de “4 Processos Educacionais”. São eles: 1) Formação de Educadoras(es) Ambientais; 2) Educomunicação Socioambiental; 3) Educação através da Escola e de outros Espaços e Estruturas Educadoras; 4) Educação em Foros e Colegiados.

Na perspectiva desta proposta, a multiplicidade de espaços é condição para a continuidade e autogestão do processo formativo, o qual não seria possível se a educação fosse contemplada apenas presencialmente em sala de aula, entre educador(a) e educanda(o) (MMA, 2006). Além disso, o ProFEA busca:

[...] a potencialização de processos de formação de educadoras(es) ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações entre instituições que atuam com atividades socioambientais de caráter pedagógico. Estas articulações propiciam a harmonização de interesses entre as instituições e as pessoas, entre as demandas e ofertas de processos formativos em educação ambiental visando à construção de sociedades sustentáveis. (MMA, 2006, p. 11).

Neste sentido, o ProFEA cita as Salas Verdes como exemplo de espaços/estruturas

1 O SINIMA é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, responsável pela gestão da informação, no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Já o SIBEA, foi um espaço on-line direcionado a educadores e instituições com o objetivo de gerir, disseminar e democratizar informações sobre educadores ambientais e instituições ligadas a EA. Contudo, a questão da democratização e do acesso à informação socioambiental no Brasil ainda vem sendo implementada muito lentamente e com alguns insucessos, como foi o caso do SIBEA e do SINIMA, que foram retirados da Internet, sem previsão de retorno.

educadoras. O Projeto Sala Verde se insere no contexto das políticas públicas ambientais desenvolvidas no Brasil e surgiu como uma estratégia para a democratização do acesso às informações socioambientais e promoção da formação ambiental. Portanto, pretende-se aprofundar o debate em torno do Projeto Sala Verde como potencializador do processo de formação de educadoras(es) ambientais.

## Qual a relação entre as políticas ambientais e a formação de educadoras(es) ambientais?

É necessário partir do conceito de educador(a), da sua função social, dos elementos do ensino da Educação Ambiental (EA) na formação destes profissionais que decidem ser construtores do pensamento ambiental em uma sociedade dinâmica e sujeita a mudanças políticas, sociais, econômicas, entre outras. A EA se encontra na relação com o outro, na reflexão das ações, do pensamento coletivo e individual, no impacto dos processos políticos, econômicos e pessoais. Por isso, todos nós, em certos momentos da vida, somos educadores, aprendemos e ensinamos os outros por meio de nossa própria experiência e exemplo.

As políticas são ferramentas sociais que estabelecem objetividades ou subjetividades, de acordo com os processos de constituição e validação das mesmas. Portanto, na análise da formação em educação ambiental é importante levar em conta algumas definições, tais como: Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº. 9.795,1999, p. 1).

No reconhecimento da formação de educadoras(es) ambientais no Brasil, alguns pesquisadores desenvolvem contribuições que acrescentam estratégias de trabalho. Segundo Tozoni-Reis (2002, p. 86), “[...] a formação dos educadores ambientais nos cursos de graduação é fundamentada por diferentes formulações teóricas, que podem indicar tentativas de superação dos paradigmas atuais, tradicionais de interpretação da realidade”. Para Lima (2012, p. 1721):

[...] os educadores ambientais precisam refletir e superar a visão fragmentada da realidade, por meio da construção e reconstrução do conhecimento sobre a educação ambiental. Para aprender a problemática ambiental é necessária uma visão complexa do ambiente, na qual, existem as relações naturais, sociais e culturais.

Estas afirmações relacionam os conhecimentos e as necessidades do educador ambiental para sua formação, ou seja, o ponto de partida para a análise curricular das propostas educativas no Brasil, além, é claro, da institucionalização das políticas, a partir dos documentos gerados pelas reuniões mundiais, foros, conferências, entre outras atividades que desenvolvem o pensamento de atores envolvidos na constituição da educação ambiental.

De acordo com Marques (2000), a formação requer uma reflexão a partir do próprio conceito de educador, a educação que se faz e ter a compreensão do que quer da educação. Além disso, é preciso reconhecer o diálogo entre as dimensões da formação, entre o político, epistemológico e o profissional do ensino e da aprendizagem, a especificidade dos conteúdos nos currículos, a identidade do educador no desenvolvimento profissional e sua história de vida na troca de relações pedagógicas, bem como a responsabilidade social na cidadania com emergentes ações educativas. “[...] Os educadores necessitam identificar-se consigo mesmos onde quer que se encontrem” (Marques, 2000, p. 66).

Sendo assim, a formação tem como intencionalidade o educar, além de ofertar possibilidade na cidadania para um melhor viver, respeitando os recursos naturais, respeitando o mesmo sujeito, respeitando o outro, compartilhando na comunidade, fazendo com que o mundo seja melhor, desde um olhar ambiental, onde as diversas relações no mundo sejam para contribuir e não destruir para pensar nas características curriculares na formação, a partir dos contextos e recursos e as possibilidades de desenvolvimento que permitam sociedades sustentáveis, em mundos políticos, econômicos e sociais caóticos.

Portanto, a universidade passa a ser fonte de saberes ambientais e ações de ambientalização curricular onde as políticas ambientais precisam ser dialogadas e adaptadas aos contextos com princípios filosóficos e epistemológicos, fundamentados na discussão permanente. Além da contextualização de ações e conhecimentos na formação de professores, é importante o destaque das habilidades no contexto da sustentabilidade ambiental na formação (Mora, 2015).

A proposta de transdisciplinaridade na construção de ambientes de prática educativa, além da necessidade de ambientes de leitura, escrita e troca de ideias são evidenciadas por Farias, Galiazzi e Freitas (2004, p. 13):

[...] a última sugestão é de analisar os ambientes em que as discussões das teorias educacionais ocorrem e, se ausentes, instituir também esses espaços de problematização das práticas pedagógicas dos educadores ambientais, em qualquer ambiente educativo que estejam inseridos enquanto profissionais, não só o escolar.

A proposta das comunidades ambientalistas feita em eventos acadêmicos nos últimos anos é a de identificar e apoiar estratégias educativas nos âmbitos formais, não formais e informais, comprometidos com os processos transformadores e emancipadores, por meio da ambientalização e contextualização curricular, da gestão, das estruturas educativas e das relações com a comunidade (Declaración de Lima, 2014).

A partir da análise do ProFEA, pode-se dizer, segundo Molon (2009), que a sociogênese da formação de educadores no Brasil trouxe aspectos curriculares da formação e reconhece a história das políticas ambientais, pela interação dos núcleos de formação pedagógicos, didáticos, epistemológicos e estratégicos da educação ambiental e depende da autonomia institucional e da aplicação curricular, em diversos contextos sociais, conforme afirmação abaixo:

Contribuir para o surgimento de uma dinâmica nacional contínua de Formação de Educadoras(es) Ambientais, a partir de diferentes contextos, que leve à formação de uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente; Apoiar e estimular processos educativos que apontem

para transformações éticas e políticas em direção à construção da sustentabilidade socioambiental; Fortalecer as instituições e seus sujeitos sociais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos formativos, ampliando o envolvimento da sociedade em ações socioambientais de caráter pedagógico; Contribuir na estruturação de um Observatório em rede das Políticas Públicas de formação de Educadoras(es) Ambientais, através da articulação permanente dos Coletivos Educadores. (MMA, 2006, p. 20).

Neste contexto, aborda-se a seguir as Salas Verdes como estruturas educadoras, por adquirirem corporeidade no ProFEA, ao serem citadas como exemplo no terceiro Processo Educacional denominado “Educação através da Escola e de outros Espaços e Estruturas Educadoras”.

### Salas Verdes como estruturas educadoras

Cabe ao Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA) coordenar as ações educativas que se desenvolvem através de práticas sociais não escolares (MMA, 2008). Segundo Tamaio (2007), o DEA foi instituído pelo MMA com a missão de desenvolver ações de políticas públicas, embasadas nas diretrizes da PNEA. Tais ações se desenvolveram na esfera da formulação e da gestão de políticas públicas por meio de articulações e fortalecimentos de instâncias e fóruns representativos da sociedade. Este estilo de política repercutiu em um conjunto de programas e projetos e foi neste contexto que se originou o Projeto Sala Verde.

Sendo assim, o Projeto Sala Verde surgiu em 2000 a partir da demanda espontânea por publicações que chegavam ao Centro de Informação e Documentação Ambiental do MMA. Inicialmente, foi concebido com foco no caráter “biblioteca verde” que estes espaços poderiam assumir e, a partir do desenvolvimento e evolução do projeto, visualizaram-nas como espaços com múltiplas potencialidades que, além da disponibilização/democratização do acesso às informações, pudessem desenvolver diversas ações/atividades de EA, a partir de parcerias com instituições para o desenvolvimento de projetos (MMA, 2012).

Logo, o Projeto Sala Verde constitui-se como uma estratégia de política pública para o incentivo à implantação de espaços socioambientais, denominados de Salas Verdes, a fim de atuarem como potenciais Centros de Informação Ambiental, por meio da disseminação/democratização da informação socioambiental. Em 2004, iniciou-se a seleção de Salas Verdes por editais e, a partir da evolução do Projeto, estas passaram a promover ações de reflexão/construção do pensamento/ação ambiental, atuando como Centros de Informação e Formação Ambiental. Encontram-se cadastradas no site do MMA 359 Salas Verdes.

As Salas Verdes são citadas no terceiro Processo Educacional do ProFEA, denominado “Educação através da Escola e de outros Espaços e Estruturas Educadoras”, como exemplo de espaços/estruturas educadoras, no sentido de fazerem parte de uma dinâmica contínua de processos de formação de

educadoras(es) ambientais, a partir de diferentes contextos.

Entretanto, para desempenhar a função de estrutura educadora, uma Sala Verde precisa estar planejada para oferecer um rol de possibilidades educacionais de aprendizagem, por meio de diferentes instrumentos, tais como: cursos, palestras, oficinas, exposições, encontros dialógicos, trabalhos de campo, campanhas, trilhas, cursos presenciais e à distância, atividades culturais, programas radiofônicos e de TV, promoção da disseminação/direito de acesso à informação socioambiental de qualidade e atualizada, publicação de recursos didáticos, etc. Além disso, o ProFEA também destaca que os espaços e estruturas educadoras devem:

[...] induzir ações e reflexões em prol da qualidade ambiental e de vida comuns. Deve ficar muito claro que a educação não se dá sem intencionalidade educacional e estes espaços e estruturas devem ser planejados com a explicitação desta intencionalidade. Todo encontro é educativo, toda vivência humana pode ser educativa, mas só é educador o encontro e a vivência que tiverem sido planejados para isso. Se aprendemos e nos formamos com aquilo que vivemos, podemos pensar os espaços e as estruturas do cotidiano para que instiguem e propiciem afeições, sensações, reflexões e ações condizentes com um projeto de sociedades sustentáveis, democráticas e felizes. (MMA, 2006, p. 24).

Com isso, cabe aos gestores das Salas Verdes estimularem ações e reflexões em prol da qualidade ambiental e de sociedades sustentáveis e democráticas, por meio de ações deflagradoras, como por exemplo: fortalecer as competências e habilidades de domínio de ferramentas tecnológicas de formação pelas(os) educadoras(es) ambientais;

promover a expressão comunicativa das(os) educadoras(es) ambientais, além de incentivar as inserções educativas no rádio, televisão e mídia impressa, músicas, sistemas de informação (SINIMA, banco de dados dos Municípios Educadores Sustentáveis - MES), objetivando o estímulo e apoio à qualificação de pessoas na utilização, produção, recepção e gestão dos instrumentos de informação e meios de comunicação; bem como promover a ação comunicativa continuada, como forma de estímulo à participação (MMA, 2006).

A partir do diálogo, da sintonia e do envolvimento de uma Sala Verde com a comunidade, torna-se possível planejar ações e projetos socioambientais comunitários, fortalecer o caminho pedagógico para a EA, atuar como espaço/estrutura educadora contínua de processos de formação de educadoras(es), bem como Espaço Educador Sustentável (EES), o qual se caracteriza como:

Espaço onde as pessoas cuidam das relações que estabelecem uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço tem uma intencionalidade deliberada de educar para a sustentabilidade, mantém coerência entre as práticas e posturas e se responsabilizam pelos impactos que geram. [...]. Eles nos ajudam a aprender, a pensar e a agir para construir o presente e o futuro com criatividade, inclusão, liberdade e respeito às diferenças, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Por suas características, influenciam a todos que por ele circulam e nele convivem e, assim, educam por si mesmos. Com isso, tornam-se referência de sustentabilidade para toda a comunidade. (Ministério de Educação, 2012, p. 6).

Desta forma, percebe-se que uma Sala Verde pode constituir-se enquanto EES. Entretanto, para isso, deve reafirmar constantemente o

compromisso com a Educação Ambiental, com a comunidade que a permeia, com a formação de educadoras(es) ambientais e com as questões socioambientais locais e regionais para, a partir daí, tornar-se de fato um Espaço Educador Sustentável.

Além disso, os profissionais atuantes nas Salas Verdes precisam de engajamento e de conhecimentos teórico-metodológicos na área de EA, a fim de promoverem um processo transformador. Entretanto, para uma Sala Verde atuar como um EES, precisa ampliar seu foco de atuação e ir além da disponibilização e democratização das informações socioambientais. As Salas Verdes devem ser espaços com múltiplas potencialidades, a fim de desenvolverem atividades diversas de EA.

Porém, para tal, necessitam de esforços coletivos, ou seja, não só daqueles empreendidos pelos seus colaboradores, mas também pelo DEA/MMA e pelas instituições parceiras, a fim de fornecerem subsídios para a qualificação profissional destes colaboradores atuantes no Projeto Sala Verde e para a promoção das Salas Verdes enquanto estruturas educadoras contínuas no processo de formação de educadoras(es).

## O Projeto Sala Verde como estratégia de política pública na democratização do acesso à informação socioambiental

Conforme debatido, a importância do Projeto Sala Verde se dá na promoção de espaços de múltiplas potencialidades, os quais fortalecem o caminho pedagógico enquanto estruturas educadoras. Igualmente, sua importância se dá pela responsabilidade que a ele compete na democratização, no acesso e na disseminação da informação socioambiental como prática de socialização deste tipo de informação, indo ao encontro do fortalecimento da EA e da formação de educadoras(es) ambientais.

Segundo Araújo (1999), a partir de um estudo entre produtores e usuários, definem-se as necessidades informacionais e as metodologias mais adequadas para atendê-los. A socialização da informação destina-se a promover um contexto comunicativo no qual estejam presentes, de forma ativa e igualitária, tanto os produtores como os usuários de informação.

A diversidade de pesquisas, projetos e experiências que estão sendo realizadas por inúmeras(os) educadoras(es) ambientais e demais profissionais em torno das grandes questões socioambientais globais necessitam de diálogo. Para se promover um encontro dialógico entre estas experiências, torna-se necessário o acesso democrático às informações socioambientais, assim como a democratização, gestão da coleta, da produção, da atualização, da avaliação, da recuperação e do arquivamento de informações de interesse ambiental e correlatas à área.

Considera-se a informação socioambiental um bem social e um direito coletivo que empodera os cidadãos para uma efetiva participação no processo



de tomada de decisão, no acesso à justiça em matéria de meio ambiente e no exercício dos seus direitos e deveres. Ao reconhecer que todo o indivíduo tem direito a viver num ambiente adequado à sua saúde e bem-estar e o dever de proteger e melhorar o ambiente em benefício das gerações atuais e futuras, também se deve considerar que para defender esse direito e cumprir esse dever, os cidadãos necessitam de informação socioambiental de qualidade, atualizada, de fácil acesso e integrada.

A informação ambiental tem papel fundamental na superação da crise ambiental que vivemos. Encontra-se limitada, pois não há conexão entre os mundos da informação e a realidade das populações atingidas pelas políticas públicas (Tavares e Freire, 2003). Portanto, as Salas Verdes devem facilitar a difusão da informação ambiental, atuando como potenciais centros de democratização da informação ambiental e contribuindo para o desenvolvimento autossustentável.

Outro fator importante a ser considerado é a existência de diferentes dimensões da informação ambiental, ou seja, sua temática (ar, água, flora, fauna, gestão ambiental, entre outras), sua periodicidade, nível de agregação espacial (urbano/rural, bioma, região etc.), procedência (pesquisas estatísticas, atividades de monitoramento ambiental, etc.) (MMA, 2011). Sendo assim, sugere-se que tais dimensões da informação ambiental sejam mapeadas pelas Salas Verdes em seus municípios e regiões, a fim de nortear a gestão dos seus acervos.

Em relação ao apoio na implementação de políticas públicas, o Projeto Sala Verde pode atuar como um canal de informação socioambiental integrador e de interoperabilidade entre sistemas de informação. Em atendimento à lei de acesso à informação ambiental, os órgãos ambientais criaram sistemas e redes de

informação para permitir acesso público aos dados sob sua competência. As Salas Verdes podem oferecer estas bases em seus acervos, além de integrá-las quando assim permitido.

Entretanto, alguns projetos estão desativados, carecendo de iniciativas. As Salas Verdes podem ser parceiras nestes projetos como o SIBEA, por exemplo, ao fornecer a gestão de informações produzidas pelos municípios e regiões, e ao mesmo tempo, podem se fortalecer enquanto redes de informação socioambiental. Além disso, se tornam aliadas na promoção do direito de acesso e democratização da informação, garantido pela Constituição Brasileira. A democratização pressupõe igualmente condições de acesso, não só à informação, mas aos seus meios de produção e à gestão participativa (MMA, 2005).

Neste contexto, Varela (2005) nos traz uma importante reflexão, no que tange a informação de que o simples acesso não é mais suficiente, tornando-se importante buscar formas e processos que permitam filtrar este volume de fontes e recursos informacionais por meio da avaliação crítica, relevância, pertinência, interpretação, organização, ou seja, ênfase na busca e no uso da informação mediante processo cognitivo, direcionando o sujeito ao pensamento crítico e criativo.

Portanto, a informação socioambiental precisa ser vista como um instrumento de transformação dentro do processo de constituição do campo da EA e da formação de educadoras(es) ambientais, uma vez que a democratização e o acesso à informação empodera os indivíduos e os insere no processo de superação das desigualdades sociais, no exercício da cidadania e na efetiva participação no processo de tomada de decisão e no acesso à justiça ambiental. Cabe ao Projeto Sala Verde potencializar o processo de formação de educadoras(es) ambientais

no país, além de ampliar sua contribuição no que diz respeito ao direito de acesso à informação, à satisfação das necessidades sociais e à resolução dos problemas ambientais.

## Metodologia

Os procedimentos técnicos utilizados na elaboração do referido estudo foram: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A exploração documental se fez em duas etapas. Primeiramente, foi realizada a análise do documento ProFEA, utilizando-se a ferramenta Atlas Ti (programa de computador que dá suporte à interpretação textual), bem como foi utilizada a Análise Textual Discursivo (ATD).

Segundo Ariza et al. (2015), a ATD apresenta abordagem fenomenológica, uma vez que a descrição se dá a partir do cuidado com a escuta das palavras escritas nos textos e orienta para que os textos sejam separados em Unidades de Significado, de modo a, posteriormente, agrupar essas unidades de outra forma, construindo categorias iniciais, intermediárias e finais.

A Análise Textual Discursiva (ATD) é uma proposta metodológica qualitativa proposta por Moraes e Galiazzi (2007). Realiza-se a partir de uma abordagem flexível e aberta. É uma análise da informação do contexto textual e geração de teoria com metatextos, categorias emergentes e codificação, de acordo com o pesquisador, desde seu processo cognitivo e procedimental. Leva o pesquisador a aprender a partir do processo analítico textual.

Inicialmente, se faz a unitarização (produzir desordem a partir do conjunto de textos ordenados) onde se ressalta as partes textuais sem extinguir as mesmas, se expressa relações significativas percebidas nos textos, se obtêm as unidades de análise que são feitas com base nos conhecimentos do pesquisador, se reescreve cada unidade, determina-se significados e novas denominações.

Posteriormente, foram relacionados os elementos destacados da política ambiental ProFEA com o Projeto Sala Verde, pelo seu órgão gestor como pelas instituições que abrigam as 359 Salas Verdes do país. A coleta de dados sobre o Projeto Sala Verde utilizou anotações de campo de natureza reflexiva, lista de discussão das Salas Verdes, publicações do site do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do blog do Projeto, além da análise de documentos internos de diagnósticos e relatórios de gestão do Departamento de Educação Ambiental (DEA).

## Resultados e análises

Por meio da ATD se identificou no texto do ProFEA categorias como: diferentes contextos, transformações éticas e políticas, sustentabilidade socioambiental, coletivo educadores, redes de formação, autonomia e pensamento crítico, permitindo ampliar o conhecimento sobre as atividades de formação de educadoras(es) ambientais no Brasil. Na Figura 01 se visualiza o esquema onde se

apresentam as relações de conceitos que se relacionam no ProFEA e que fazem ênfases à intencionalidade desta política.

No texto se pode identificar categorias intermedias que induzem a pensar a intencionalidade do documento e sua perspectiva epistemológica e filosófica. Entre as palavras em que a frequência no texto é mais repetitiva e constituem as descrições e significâncias da política ambiental, entre elas: formação, processo, aprendizagem, grupos, programa, comunidades, coletivos, intervenção, participação, socioambiental, realidade, articulação, comunicação, concepção, desenvolvimento, diálogo, encontros, populares, sustentabilidade e educação. As categorias identificadas no texto de análise inicial permitiram descrever a necessidade de se destacar as Salas Verdes como uma forma de aplicar um dos objetivos do ProFEA na formação de educadoras(es) ambientais no Brasil.

Em relação ao Projeto Sala Verde, alguns questionamentos impulsionaram a pesquisa. A fim de começarmos a entender melhor as problemáticas vivenciadas pelos atuais gestores e colaboradores das Salas Verdes, optou-se por uma coleta de dados na lista de discussão do Projeto a fim de fundamentar o presente trabalho e de estabelecer um processo dialógico com os agentes envolvidos no processo. Por meio dos relatos e depoimentos, percebeu-se como andam as impressões e sentimentos destes em relação à gestão do Projeto Sala Verde.

Dentre as dificuldades encontradas pelos coordenadores/colaboradores destes espaços, relatadas na lista de discussão do grupo, cita-se: descontínuo diálogo do órgão gestor; falta de apoio financeiro e do fortalecimento do Projeto como estratégia de política pública; carência dos acervos; a falta de informação oficial quanto às expectativas, metas e diretrizes do MMA em relação ao Projeto Sala Verde.

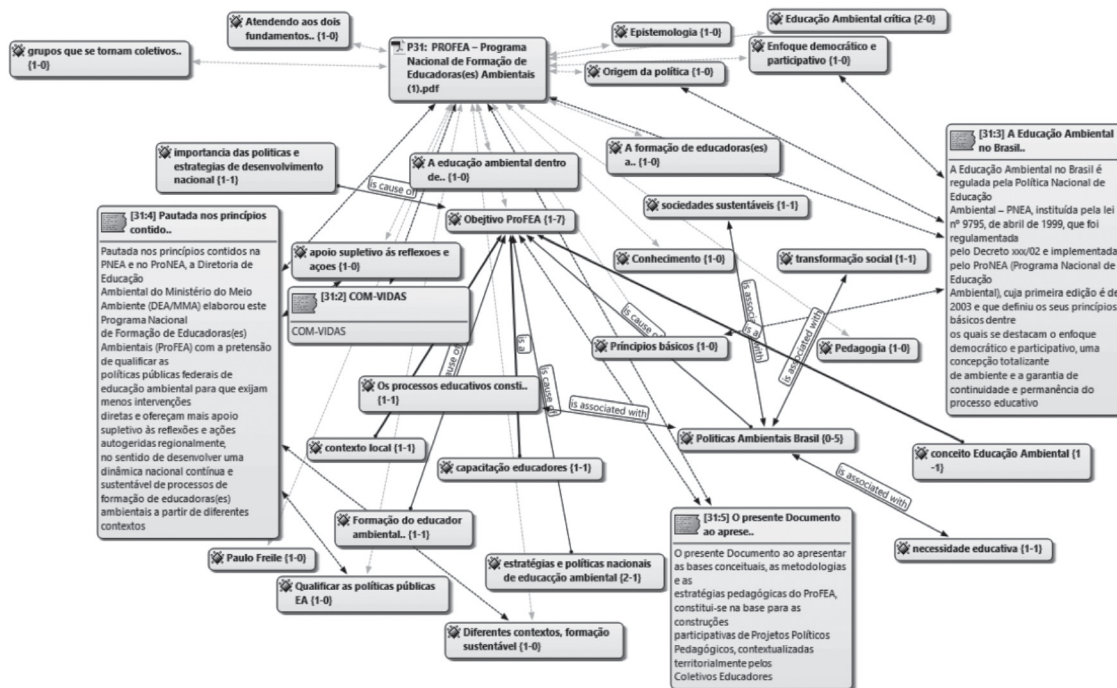


Figura 1. Rede de categorias do texto de análise do ProFEA realizada pelo Atlas Ti.

Fonte: produzido pelos autores.

Além disso, foram analisados dados e documentos de diagnósticos realizados pelo DEA/MMA em 2004, 2007 e 2010. Alguns apresentaram pouca validade/qualidade, visto que a amostragem utilizada foi baixa. Evidentemente, se torna importante a realização de uma investigação mais aprofundada sobre o referido Projeto. Entretanto, percebe-se que o contínuo diálogo e envolvimento do DEA com as Salas Verdes tornam-se necessários, a fim de potencializar e tornar as práticas de Educação Ambiental mais visíveis, integradas e efetivas, permitindo, inclusive, o trabalho em conjunto com outros projetos e políticas.

A partir destes dados levantados, da análise dos documentos de diagnóstico do Projeto Sala Verde realizados pelo DEA e da análise dos relatórios de gestão do DEA, percebe-se que o Projeto, enquanto estratégia de política pública, embora indispensável, encontra-se precário e precisa de amplo debate e melhoria contínua, tanto no que tange à sua gestão quanto na dinâmica contínua de processos educacionais e de formação de educadoras(es) ambientais, a partir de diferentes contextos.

Portanto, a pesquisa levantou dados sobre a situação atual do Projeto Sala Verde, evidenciando as problemáticas de gestão, de diálogo e de investimentos no referido Projeto, tanto pelo DEA, seu órgão gestor, quanto pelas instituições que o abrigam, mas principalmente, procurou apontar o grande potencial de atuação das Salas Verdes no campo da EA como estruturas educadoras contínuas no processo de formação de educadoras(es) ambientais e como estratégia de democratização da informação socioambiental e veículo promotor do direito de acesso à informação.

A intenção do referido trabalho em relação ao Projeto Sala Verde foi a de problematizar a respeito dos desafios impostos, bem como inseri-lo num movimento ainda necessário ao campo de políticas públicas, no que diz respeito à revisão crítica e ao entendimento do processo de constituição, permanência e avaliação de projetos.

## Conclusões

Por meio da ATD se identificou categorias que possibilitaram ampliar o conhecimento sobre as atividades de formação de educadoras(es) ambientais no Brasil. Na análise referente à política pública de educação ambiental denominada Pro-FEA e sua relação com a formação de educadoras(es) ambientais, se identificou a necessidade de articulação das intencionalidades com as práxis, desde os interesses globais. Contudo, a problemática curricular orienta a finalidades diversas para o cumprimento dos mesmos, de acordo com as lideranças e movimentos educativos da sociedade para um falar, atuar, e pensar na sustentabilidade do educador ambiental.

Destaca-se o grande potencial do Projeto Sala Verde e sua atuação no campo da EA enquanto estratégia de política pública ambiental. Aponta-se para a possibilidade de atuação das Salas Verdes como estruturas educadoras no processo

de formação de educadoras(es) ambientais, como Espaços Educadores Sustentáveis, além da atuação como espaços estratégicos para a democratização da informação socioambientais e promoção do direito de acesso à informação. Entretanto, cabe às Salas Verdes reconhecerem e assumirem este papel de estruturas educadoras, assim como mediadoras da informação e do conhecimento, bem como apoiarem o processo de tomada de decisão e de participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas ambientais.

Acredita-se na potencialização das ações do Projeto Sala Verde, a partir de uma visão sistêmica e participativa, permitindo a integração dos diferentes processos educacionais como universidades, escolas, ONG's e demais envolvidos com as questões ambientais.

Os pontos destacados na pesquisa permitem ampliar a compreensão da relação entre políticas ambientais e formação de educadoras(es) ambientais, além de evidenciar que o Projeto Sala Verde, estratégia de política pública posta há 14 anos, necessita, urgentemente, de um novo olhar, tanto pelo DEA/MMA, seu órgão gestor, quanto pelas instituições parceiras que as abrigam, pelos seus gestores e pelos seus colaboradores, a fim de que as Salas Verdes possam atuar, de fato, como estruturas educadoras e centros de informação e formação ambiental.

A pesquisa reflete um processo de geração de conhecimento no qual o sociocultural deste conhecimento é representado por uma política, o Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA). Conclui que tal política pode ser definida por meio de um artefato cognitivo na Educação Ambiental, uma vez que permite conhecer a atividade de formação de educadoras(es) ambientais no Brasil.

## Referências

- Araújo, E. A. (1999). Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONG's) brasileiras. *Ciência da Informação*, 29 (2). 155-167
- Ariza, L. G.; Dias, V. M.; Sousa, R. S.; Nunes, B. R.; Galiuzzi, M. C.; Schmidt, E. B. (2015). Articulações metodológicas da Análise Textual Discursiva com o ATLAS.TI. *Anais do Congresso Iberoamericano em Investigación Cualitativa, CIAIQ, Aracajú, SE, Brasil*. 1-6. Recuperado em 20, abril, 2015 de <http://goo.gl/IALvmq>
- Declaración de Lima. (2014). *VII Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental*. Recuperado em 2, abril, 2015 de <http://goo.gl/Ml2RTB>
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. (1999). Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado em 06, setembro, 2015 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm)
- Lima, F. D. M. (2012). Educação ambiental e o educador ambiental: os desafios de elaborar e implantar projetos de educação ambiental nas escolas. *Monografias Ambientais*, 7 (7), 1717-1722. Recuperado em 10, março, 2015 de <http://goo.gl/YH1otS>.
- Marques, M. O. (2000). *Formação do profissional da educação*. (3ª ed.). Ijuí: Unijui.
- Ministério de Educação. (2012). *Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação: escolas sustentáveis*. Brasília: Autor
- Ministério do Meio Ambiente. (2005). *Programa de Educomunicação Socioambiental*. Brasília: Autor.

Ministério do Meio Ambiente; Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. (2005). *Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA): por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*. Brasília: Autor.

Ministério do Meio Ambiente; Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. (2008). *Relatório de gestão 2007 a julho de 2008*. Brasília: Autor

Ministério do Meio Ambiente. (2011). *Primeiro relatório parcial do GT Indicadores*, Brasília, Departamento de Gestão Estratégica, Grupo de Trabalho sobre Indicadores Ambientais e de Desenvolvimento Sustentável.

Ministério do Meio Ambiente. (2012). *Projeto Sala Verde*. Brasília: Autor.

Mora, W. M. (2015). Desarrollo de capacidades y formación en competencias ambientales en el profesorado de ciencias. *Revista de la Facultad de Ciencia y Tecnología – Tecne, Episteme y Didaxis*, (38), 185 – 203.

Moraes, R. e Galiazzi, M. C. (2007). *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Unijui. Brasil.

Sauve, L. e Orellana, I. (2002). La formación continuada de profesores en educación ambiental: la propuesta de Edamaz. *Tópicos en Educación Ambiental*, 4 (10), 50-62.

Tamayo, I. (2007). *A política pública de EA: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da DAE do MMA: Gestão do Governo Lula (2003-2006)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Tavares, C e Freire, I. M. (2003). Informação ambiental no Brasil: para quê e para quem. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 8 (2), 208-215.

Tozoni-Reis, M. F. (2002). Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição. *Ciência & Educação*, 8 (1), 83-96. Recuperado em 30, março, 2015 de <http://goo.gl/bptzmZ>

Varela, A. V. (2005). A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. *Anais do Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (Enancib)*, Florianópolis, SC, Brasil, 1-11. Recuperado em 6, setembro, 2015 de <http://zip.net/bnr7Rk>

### Forma de citar este artículo:

Dziekaniak, C., Ariza, L. y Freitas, J. (2016). As salas verdes e a formação de educadoras(es) Ambientais no Brasil. *Revista de la Facultad de Ciencia y Tecnología -Tecne, Episteme y Didaxis*, ( 41), p. 73- 86.